

Educação inclusiva de jovens e adultos em um município do interior de São Paulo

Fabiana de Oliveira Lima

Nilson Rogério da Silva

Resumo

O presente estudo teve como objetivos caracterizar o perfil de alunos da Educação de Jovens e Adultos de um município do interior de São Paulo, bem como descrever as práticas pedagógicas desenvolvidas com os alunos com deficiência. O estudo adotou uma abordagem qualitativa e foram utilizados, para a coleta de dados, um roteiro de caracterização dos alunos e entrevista semi-estruturada. Os resultados apontam que o número de alunos com deficiência vem aumentando e que é maior o número de pessoas do gênero masculino e jovens. Além disso, constatou-se predomínio de alunos com Deficiência Intelectual. Nesse processo, a escola exerce um papel fundamental e, para que ocorra de forma eficaz é necessário, no entanto, repensar as propostas de ensino da Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial, Inclusão Educacional; Inserção da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho.

Inclusive education for youths and adults in a city of São Paulo state

Abstract

This study aimed to characterize the profile of Youth and Adult Education students of a city of São Paulo state, and to describe the pedagogical practices developed with the students with disabilities. The study adopted a qualitative approach and used a student characterization script and semi-structured interview. The results show that the number of students with disabilities is increasing and that there are more males and youths. Intellectual Disability was found to be predominant among the students with disabilities. In this process the school exerts a fundamental role. However, for this to happen effectively it is necessary to rethink the educational proposals of Youth and Adult Education.

Keywords: Youth and Adult Education; Special Education, Educational Inclusion; Inclusion of People with Disabilities in the Labor Market.

Éducation inclusive de jeunes et adultes dans une ville à l'interieur de São Paulo

Résumé

Cette étude a eu que des objectifs caractériser le profil des 'élèves de l'éducation pour jeunes et adultes d'une ville à l'intérieur de São Paulo, et de décrire les pratiques pédagogiques développées avec des étudiants handicapés. L'étude a adopté une abordage qualitative et ont été utilisés un guide caractérisation des étudiants et une entrevue semi-structurée. Les résultats montrent que le nombre d'étudiants handicapés est en augmentation et qu'un plus grand nombre d'hommes et de jeunes. On a été constaté une prédominance des étudiants handicaps qui présente une déficience intellectuelle. Dans ce processus, l'école joue un rôle fondamental. Pour que cela se produise de manière efficace est nécessaire, cependant, de repenser les propositions éducatives de l'éducation de jeunes et adultes.

Mots-clés: L'éducation de jeunes et adultes; Éducation Spéciale, l'inclusion Scolaire; Insertion des personnes handicapées dans le marché du travail.

Introdução

A escola ocupa um papel relevante na formação humana e na garantia de oportunidades a todos os cidadãos na medida em que fortalece a luta e o enfrentamento de desafios sociais e a conquista de direitos. Nesse sentido, um conjunto de leis estabelece garantias de acesso e objetivos nos diferentes níveis educacionais. Na Constituição Federal de 1988, estabelece o artigo 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O artigo 208 assegura o ensino fundamental compulsório, com gratuidade, inclusive do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, artigo 37, determina que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Dessa forma, procura-se garantir direitos de igualdade para todos, nos diferentes níveis de ensino e independente das características da população atendida, de forma a impedir formas de discriminação.

Dados oficiais referentes ao número de matrículas retratam os efeitos da legislação no sentido de ampliação da oferta e acesso de pessoas com deficiência no ensino regular. O Censo da Educação Básica 2012 revela crescimento do número de alunos com deficiência no ensino regular, destacando 620.777 matrículas de alunos com algum tipo de deficiência em classes comuns. Comparando os dados referentes a 2012 com os de 2007, cujo número de matrículas era de 306.136, observa-se que em cinco anos houve um aumento de mais de 100% nas matrículas de alunos especiais em classes comuns no Brasil.

Em relação aos alunos jovens, dados do IBGE 2011 (INEP, 2013b) mostram, ainda, que o Brasil possui 56,2 milhões de jovens acima de 18 anos que estão excluídos da escola e não possuem o ensino fundamental completo. A matrícula na EJA – Anos Iniciais do Ensino Fundamental totalizou 870.181 alunos, segundo o Censo da Educação Básica 2012.

Dessa forma, EJA e a deficiência, segundo FERREIRA (2009), constituem áreas nas quais os indivíduos por elas atendidos são membros de grupos sociais expostos à vulnerabilidade, demandando ações prioritárias dos agentes públicos. De acordo com Garcia (2008) as redes municipais de ensino vêm sendo confrontadas com a perspectiva da escola inclusiva, o que leva à necessidade de reorganização, de proposição de novas demandas e redefinição de competências e habilidades. Contini (2008) considera que não se trata apenas do cumprimento da legislação, e sim de oferecer os suportes necessários para tornar possível a igualdade de oportunidades, o respeito às dificuldades e singularidades dos alunos com foco nas potencialidades. Bastos (2009) considera que a EJA inclusiva comporta um duplo processo de exclusão (jovens e adultos e com deficiências) e, nesse contexto, a prática inclusiva torna-se mais difícil.

Nesse sentido, muitos são os desafios para a EJA e, quando de se fala em inclusão do deficiente na EJA, ocorre uma sobreposição de fatores, o que torna necessária sua investigação e reflexão no contexto da escola inclusiva. O presente estudo tem como objetivos, portanto, caracterizar o perfil do aluno da EJA em um município do interior paulista, entre os anos de 2011 e 2013, e descrever as práticas pedagógicas desenvolvidas com os alunos com deficiência matriculados na EJA do município pesquisado.

Método

Inicialmente foi realizado levantamento na rede de ensino municipal para identificação dos professores e das salas de Educação de Jovens e Adultos existentes, bem como quais possuíam alunos com deficiência matriculados. Conforme dados da Secretaria Municipal de

Educação (SME), o município contava com 15 professores em 2013, distribuídos no período matutino e noturno, entretanto, apenas seis ministravam aulas a noite em salas comuns com a presença de alunos com deficiência em suas turmas. Após contato com os professores constatou-se que em duas salas os alunos com deficiência haviam abandonado os estudos.

Dessa forma, para participar da pesquisa foram selecionados quatro Professores de Educação Básica I que atenderam os critérios, ou seja, atuavam nas salas do período noturno e possuíam alunos com deficiência matriculados no ano de 2013. Em relação ao município, é localizado no interior de São Paulo, cujos dados do CENSO do IBGE 2010 indicam a presença de 71.432 habitantes, e em 2013 inaugurou um Centro de Educação Popular que centralizou as ações da EJA, atendendo alunos do Primeiro Segmento.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa envolvendo a obtenção de dados descritivos. Utilizou-se para a coleta de dados um Roteiro Para Caracterização dos Alunos que abordou número de matrículas, permanência, gênero; idade e tipos de deficiência. Para a coleta de dados sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado contendo 18 questões que abordaram os seguintes eixos temáticos: Estratégias Pedagógicas, Recursos Didáticos e Preparação para o Mercado de Trabalho. Antes da coleta o roteiro de entrevista foi submetido à apreciação de três juízes com atuação na área para emissão de pareceres sobre o instrumento, cujas sugestões foram incorporadas na versão final.

Para a coleta de dados, em um primeiro momento, foi realizado contato com a SME para solicitar autorização para a realização da pesquisa. Em seguida, o projeto foi enviado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, Parecer nº 0859/2013 de 04 de dezembro de 2013 e, na sequência, foram agendados dias e horários para coleta de dados sobre os alunos atendidos e para a realização das entrevistas.

Os dados coletados sobre o perfil dos alunos foram organizados, analisados e apresentados em Tabelas e de forma descritiva. As entrevistas foram transcritas e os dados foram examinados por meio de análise temática, técnica empregada pela análise de conteúdo de Bardin (2009). Após a transcrição integral das entrevistas, o conteúdo foi organizado em categorias temáticas e os discursos dos participantes foram selecionados para inserção de trechos ilustrativos de acordo com as categorias de respostas.

Caracterização dos alunos da EJA

O número de matrículas dos alunos na EJA com e sem deficiência, distribuição quanto ao gênero e tipo de deficiência é apresentado na Tabela 1:

Tabela 1: Matrículas dos alunos na EJA com e sem deficiência no período de 2011 a 2013.

Ano	2011	2012	2013
Nº Matrículas Sem Deficiência	199	225	216
Masculino	83	105	88
Feminino	116	120	128
Nº Matrículas Com deficiência	31	61	43
Masculino	23	43	28
Feminino	8	18	15
D. Física	2	5	4
D. Intelectual	26	45	31
D. Múltipla	3	11	8

Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores.

Quanto ao total de matrículas na EJA sem deficiência, observou-se aumento de 13% no total de matrículas de 2011 para 2012 e ligeira diminuição (4%) de 2013 para 2012. No referido período ocorreram duas transferências e um falecimento. Em relação aos abandonos, em 2012 ocorreram 49 representando 21,77% do total de matrículas; em 2013 foram 35 (16,2%) das matrículas. Quanto ao gênero, observou-se predomínio do feminino, nos três anos, respectivamente 105 (46,6%) em 2011, 120 (53,4%) em 2012 e 128 (59,3%) em 2013.

Na faixa etária, em 2011, 23 (11,55%) entre 15 e 21 anos, 39 (19,60%) de 22 e 40 anos, 65 (32,66%) de 41 e 60 anos e 72 (36,18%) com mais de 61 anos; em 2012, 29 (12,89%) de 15 e 21 anos, 42 (18,66%) de 22 e 40 anos, 74 (32,89%) de 41 e 60 anos e 80 (35,56%) acima de 61 anos; 2013, 20 (9,26%) 15 e 21 anos, 39 (18,05%) de 22 e 40 anos, 73 (33,80%) de 41 e 60 anos e 84 (38,89%) com idade superior a 61 anos.

Observou-se diminuição no número de jovens na EJA, sendo em 2011 (11,55%), 2012 (2,89%) e 2013 (9,26%). Por outro lado, ocorreu um ligeiro aumento no número de idosos matriculados, 2011 (36,18 %) e em 2013 (38,89%), denotando predomínio na EJA adultos e idosos. Para Gonçalves (2012), essa diferença etária entre os matriculados da EJA constitui desafios aos professores, visto que coexistem interesses e objetivos diferentes.

Em relação às matrículas de pessoas com deficiência na EJA, observou-se em 2011 foi de 31 (15,57%), em 2012 de 61 (27,11%) e no ano de 2013 de 43 (19,90%), denotando

aumento de 2011 para 2012 e queda para 2013, mas aumento em âmbito geral se for considerado o ano de 2011. Dados do Inep (2013) revelam crescimento das matrículas de pessoas com deficiência na EJA no Brasil, já que em 2007 eram 28.295 e em 2012 alcançou o total de 50.198 alunos, aumento de 94,4%.

Quanto ao gênero, observou-se que houve predomínio do masculino nos três anos, sendo que em 2011 foram 23 (71,2%) alunos matriculados; em 2012, 43 (70,5%) e em 2013, 28 (65,1%), indicadores diferentes dos dados de matrículas de alunos sem deficiência em que o feminino constitui a maioria.

Quanto ao tipo de deficiência no período estudado, os dados revelam para a predominância da Deficiência Intelectual, sendo 26 pessoas em 2011, 45 em 2012 e 31 em 2013.

A pesquisa de Freitas (2010) mostra que no município de São Paulo os dados são semelhantes, referendando uma tendência nacional. A deficiência intelectual é a área que mais se destaca, sendo responsável por mais da metade das matrículas de pessoas com deficiência. Ferreira (2009), em pesquisa realizada em João Pessoa e Porto Alegre identificou em ambas as capitais o predomínio de alunos com deficiência intelectual.

Na análise específica do perfil dos alunos com deficiência na EJA, é possível destacar que não foram encontrados casos de transferências e falecimentos, havendo quatro registros de abandono, valores abaixo da taxa de abandono considerando o número de matrículas da EJA.

Em relação à faixa etária, em 2011, 16 (51,61%) apresentavam idades entre 15 e 21 anos; cinco (16,13%) de 22 e 40 anos; oito (25,80%) de 41 e 60 anos e dois (6,45%) alunos com mais de 61 anos; em 2012, 25 (40,99%) de 15 e 21 anos, 16 (26,23%) de 22 e 40 anos, 11 (18,03%) de 41 e 60 anos e 09 (14,75%) superior a 61 anos; em 2013, 15 (34,88%) com idade entre 15 e 21 anos, 12 (27,90%) de 22 e 40 anos, 08 (18,60%) de 41 e 60 anos e 08 (18,60%) acima de 61 anos. Os dados revelam para o predomínio de alunos jovens e baixo número de idosos, de forma distinta dos dados gerais de matrícula na EJA em que se observou maior frequência de idosos.

Ferreira (2009) apresenta em sua pesquisa dados que confirmam o evidenciado, sendo que dos alunos com deficiência, 60,7% estão na faixa de 14 a 29 anos.

Caracterização dos professores

Quanto às características dos professores, a síntese das informações é mostrada na Tabela 2, abaixo:

Tabela 2 – Caracterização do professor da EJA.

	P1	P2	P3	P4
Idade	51 anos	43 anos	28 anos	36 anos
Gênero	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino
Formação	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia
Tempo de Formado	29 anos	05 anos	04 anos	09 anos
Formação Complementar	Especialização em Deficiência Intelectual ²	Não possui	Não possui	História
Tempo de atuação docente	29 anos	04 anos	08 anos ¹	09 anos
Tempo na EJA	05 anos	02 anos	03 anos	04 anos
Tempo com PCD em sala comum	05 anos	01 ano	04 anos	04 anos

Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores.

Nota 1: P3 relatou que possui apenas 04 anos de formada, mas 08 anos como docente.

Nota 2: Curso de Graduação em Pedagogia, com possibilidade de especialização nas diferentes áreas da deficiência, dentre as quais a Deficiência Intelectual.

Os dados da Tabela 1 revelam que a idade dos professores está compreendida entre 28 e 51 anos, corroborando com dados da Unesco (2004), que afirma que a média de idade dos docentes brasileiros é de 37,8 anos. Quanto ao gênero, três pertencem ao feminino e um ao masculino, dado em consonância com a pesquisa da Unesco (2004) que aponta para predomínio de mulheres (81,3%) entre os professores no Brasil. Em estudo realizado com professores da EJA em Ponta Grossa/PR, Oliveira *et al.* (2010) também identificaram média alta de idade, com a maioria dos professores entre 30 e 59 anos, sendo de 40 a 49 anos 40% dos participantes; todos os participantes eram do gênero feminino.

Com relação ao tempo de formado, os dados são destoantes, visto que um participante é formado há quase trinta anos e os demais há menos de 10 anos. Já quanto ao tempo de atuação como docente, os dados também são divergentes com um professor com 29 anos de atuação no magistério e três com menos de dez anos. Contudo, na comparação sobre o tempo

de atuação na EJA observa-se maior similaridade, com variação entre dois e cinco anos, dados similares ao estudo de Oliveira *et al* (2010) em que 60% dos professores tinha experiência de um a cinco anos.

Com relação à formação, todos possuem Licenciatura Plena em Pedagogia como formação inicial, dois declararam formação complementar, um referiu a área de Educação Especial (Deficiência Intelectual) e nenhum professor declarou possuir formação específica para a atuação com Educação de Jovens e Adultos. No estudo de Oliveira *et al* (2010), 60% dos professores possuíam pós-graduação.

Santos (2012) afirma que o professor da EJA precisa estar atento às demandas pedagógicas desses alunos, uma vez que essa modalidade abriga especificidades que não podem ser desconsideradas. Condição que pode ser ainda mais específica no caso de pessoas com deficiência na EJA.

Resultados e Discussão

Na Tabela 3 são apresentados os temas e subtemas decorrentes da análise dos dados.

Tabela 3 - Temas e Subtemas encontrados.

TEMAS	SUBTEMAS
Tema 1 – Estratégias Pedagógicas	Interação do aluno com deficiência. Adaptação curricular. Estratégias mais utilizadas. Planejamento – Avaliação - Replanejamento (Ação – Reflexão - Ação) das estratégias pedagógicas.
Tema 2 – Recursos Didáticos	Tipos de recursos mais utilizados. Frequência com que utilizam os recursos. Modo como os recursos são utilizados. Adequação e/ ou adaptação de materiais. Atendimento aos alunos nas Salas de Recursos Multifuncionais.
Tema 3 – Preparação para o	Percepção do professor sobre o ingresso dos alunos no

Mercado de Trabalho.	mercado de trabalho. Encaminhamentos da escola para que o aluno ingresse no mercado de trabalho. Parcerias da escola para encaminhar o aluno para o mercado de trabalho. Abordagem de temas relacionados ao mercado de trabalho durante as aulas.
----------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador.

Os resultados são apresentados em três categorias e suas respectivas subcategorias: 1) Estratégias Pedagógicas; 2) Recursos Didáticos e 3) Preparação para o Mercado de Trabalho, cujo detalhamento é apresentado a seguir:

1) Estratégias pedagógicas

Neste primeiro tema, foram encontrados os seguintes subtemas: interação do aluno com deficiência, adaptação curricular, principais estratégias utilizadas e planejamento, avaliação e replanejamento das estratégias pedagógicas.

Interação do aluno com deficiência

Com relação à Interação, o participante P1 afirma que os alunos se sentem integrados e P2 declarou que, no decorrer da aula e com o direcionamento, os alunos acabam interagindo bem, mas ressalta que o preconceito existe.

Existe preconceito tanto do próprio aluno que tem uma deficiência, quanto dos demais. Então, o preconceito existe. [...] Com o direcionamento entre eles mesmos acaba interagindo bem. Mas, num primeiro momento existe preconceito, de ambas as partes (Participante P2).

De forma similar a P1, P3 e P4 declararam que trabalham o mesmo assunto nas aulas, mas respeitam o ritmo de aprendizagem dos alunos, as dificuldades apresentadas e fazendo algumas adaptações.

Então a interação ocorre de forma assim, constante, significativa, eles compreendem o que eu estou tentando passar pra eles e eu compreendo também o que eles necessitam (Participante P3).

Eles são inseridos como comuns. (...) é um combinado da sala que cada um tem as suas dificuldades e elas são respeitadas e eles também respeitam isso, os colegas que não possuem deficiência” (Participante P4).

Adaptação curricular

Quanto à Adaptação curricular, P1 declarou que trabalha a mesma atividade com todos, mas explica quantas vezes for necessário para os alunos com deficiência e procura estar ao lado deles, auxiliando-os na realização das tarefas. P2 relatou que as atividades de rotina são feitas de forma igual para todos, mas as demais são realizadas de maneira diferente para o aluno que tem Deficiência Múltipla. O outro aluno possui Deficiência Física e consegue realizar as mesmas atividades do grupo.

P3 afirmou trabalhar linguagem oral e escrita em temas ligados ao dia a dia dos dois alunos com deficiência matriculados em sua turma, como Amigos, Família, Identidade, Supermercado etc. Por outro lado, P4 declarou trabalhar o mesmo tema com todo o grupo e delegar algumas tarefas para cada aluno, deixando atividades que envolvam coordenação motora para o aluno com deficiência.

Segundo Ribeiro (2001), a prática educativa de professores de adultos tem considerado com frequência, aspectos relativos à cultura e a realidade cotidiana dos alunos, por meio da incorporação de conteúdos e demandas trazidas por eles.

Principais estratégias utilizadas

Os participantes afirmaram: P1 declarou utilizar constantemente materiais concretos, como material dourado, alfabeto móvel, fichas, tampinhas etc. P2 acredita no convívio entre o aluno com deficiência e os outros, considerando que eles aprendem muito mais observando a atitude de cada aluno. P3 utiliza-se de círculos de conversa, atividades com letras móveis, elaboração de textos coletivos e, na alfabetização, utiliza um material preparado por ela mesma. Já P4 declarou que opta pelo uso de agrupamentos e dos ajudantes de mesa.

Uma fala comum a todos os participantes foi quanto ao apoio individualizado que oferecem aos alunos com deficiência. Todos afirmaram oferecer maior atenção aos alunos com deficiência.

Todos os tipos de atividades têm que ser explicados e esse material concreto está lá junto com ele. [...] É o apoio [...]. Tem que estar sempre direcionando (Participante P1).

Com certeza, é uma atenção maior pra esse aluno. As atividades têm que ser direcionadas diretamente para os alunos, com qualquer tipo de deficiência (Participante P2).

Eles necessitam da conversa, olhando pra eles. (...) Eu tenho que sentar ali do lado, explicar, conversar com ele, perguntar se ele entendeu e em vários momentos eu tenho que estar junto sim (Participante P3).

Eu sempre estou perto, eles ficam mais perto de mim, na verdade, eles sentam na primeira fileira (Participante P4).

O apoio favorece o desenvolvimento das potencialidades do aluno, podendo trazer mais segurança, e o uso de materiais concretos ao longo do trabalho facilita o aprendizado em qualquer faixa etária. A relação entre concreto e abstrato pode conduzir o aluno a compreender os conteúdos de forma clara e objetiva e nessa interação com os materiais ampliam-se as possibilidades de apreensão do conhecimento, fruto da mediação dialética complementar que pode resultar na construção de significados.

Ribeiro (2001) considera importante que o professor tenha habilidade na escolha dos materiais adequados para trabalhar com os alunos, ressaltando que as dificuldades são maiores em função da inexistência de materiais pedagógicos específicos para a EJA, havendo necessidade de diversificar os recursos, bem como construir materiais com os alunos, além de utilizar os espaços pedagógicos da escola. Para Ferreira (2009), há necessidade de o docente refletir quanto às técnicas didática e de ensino, aos recursos humanos e materiais que usa e forma como os utiliza, buscando enfrentar as dificuldades com a proposição de soluções efetivas que garantam o aprendizado.

Planejamento, avaliação e replanejamento das estratégias pedagógicas

Neste subtema, P1 afirmou que faz lembretes, anotando em papéis as dificuldades que observa dos alunos e, no final de semana, retoma as anotações para planejar as aulas da semana seguinte, planejando as aulas semanalmente e fazendo registros diariamente, mas de maneira informal. Já P2 e P3 afirmaram que fazem seu planejamento semanalmente em uma planilha, na qual registram o conteúdo a ser trabalhado. Além disso, elaboram relatórios registrando comentários sobre a interação dos alunos, suas dificuldades, se houve modificação nas atividades e alguma observação sobre os alunos com deficiência. O participante P4, no entanto, afirmou que faz seus registros diariamente em um caderno de planejamento, onde anota as adequações de conteúdo e as mudanças no que foi planejado.

Nos relatos dos participantes, nota-se que a prática pedagógica adotada busca a interação de todos os seus alunos. Além disso, a maioria dos professores procura realizar as mesmas atividades com todos, sempre que possível, oferecendo atividades diferenciadas quando for necessário, utilizando materiais diversos na aplicação das estratégias pedagógicas, registrando periodicamente, seja diária ou semanalmente, seu planejamento e avaliação da própria prática.

Segundo Ferreira (2009), uma orientação didático-pedagógica inclusiva compreende que os professores devem avaliar os alunos de forma singular, respeitando as diferenças individuais e coletivas e considerá-las no planejamento das aulas, estimulando ambientes de aprendizagem e cooperação.

2) Recursos Didáticos

No segundo tema, foram encontrados os subtemas a seguir: principais recursos utilizados, frequência com que utilizam os recursos, modo como os recursos são utilizados, Adequação e/ou adaptação de materiais e atendimento aos alunos nas salas de recursos multifuncionais.

Principais recursos utilizados

Sobre os principais recursos utilizados, o participante P1 mencionou Letras Móveis, Bingos, Jogo da Memória e Dominó. P2 afirmou que utiliza mais o Livro Didático, fazendo atividades de leitura, escrita e interpretação de textos, além de trabalhar com ênfase a

oralidade. P3 declarou utilizar mais Letras Móveis, Músicas, Textos Coletivos, Cartazes, Revistas e Jornais e P4, graças à parceria existente entre a instituição que cedeu o espaço para o funcionamento da sala de aula, utiliza um kit Multimídia, com TV conectada à internet e computador, apresentações em *Power Point*, Vídeos e Laboratório de Informática. Além disso, este professor utiliza com frequência a lousa e textos impressos, com adaptações para os alunos que necessitam.

Para Ribeiro (2001), é necessário que o aluno conheça as letras e compreenda sua relação com a fala para dominar o mecanismo de funcionamento da escrita. Quando o aluno consegue estabelecer uma relação fonográfica e compreender suas regularidades e irregularidades, este passa a dominar o sistema alfabético. Haddad (2009) afirma que os fóruns de EJA vêm exigindo de autoridades educacionais o letramento, com o entendimento de uma alfabetização ampliada.

Frequência com que utilizam os recursos

Ao serem perguntados sobre a Frequência com que utilizam os recursos pedagógicos, P1 afirmou que usa diariamente, P2 o tempo todo, P3 de três a quatro dias por semana e P4 ao menos uma vez por semana.

Modo como os recursos são utilizados

Além da frequência de uso, também foi investigado o modo como os recursos são utilizados. P1 declarou que utiliza no decorrer das aulas, conforme são percebidas as dificuldades do aluno, sendo o recurso usado como complementar no aprendizado do aluno, a partir da mediação do professor. P2 utiliza mais oralmente, mas também na escrita. P3 organiza os alunos em duplas, em grupos maiores ou, em alguns momentos, individualmente e faz as intervenções necessárias. P4 utiliza-os no cotidiano da sala de aula, fazendo também agrupamentos.

Adequação e/ou adaptação de materiais

Quanto ao subtema Adequação e/ou adaptação de materiais, P1 afirmou que utiliza os mesmos materiais para todos, mas de forma diferente, porque cada aluno está em um nível de aprendizagem.

O participante P3 relatou que os alunos não utilizam os mesmos materiais e recursos e como exemplo mencionou que o aluno que está em processo de alfabetização faz uso de material específico para esta fase, tendo ele deficiência ou não e quem já é alfabetizado utiliza outro material, como o livro didático.

O material [...] é o mesmo pra todos que estão neste processo de alfabetização, porém, os que já não estão mais neste processo utilizam outro material, como o livro didático, ou alguns textos que eu preparo, fora desse material já pronto (Participante P3).

P4 também afirmou que os alunos em geral utilizam os mesmos materiais e recursos, mas em situações em que a atividade é individualizada os recursos utilizados são diferentes. P2 não utiliza adaptação de materiais para seus alunos e afirmou que eles conseguem dominar os assuntos tratados com o grupo todo, mesmo tendo deficiência.

Atendimento aos alunos nas Salas de Recursos Multifuncionais

Neste subtema, todos os participantes declararam que os alunos com deficiência não frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais ou qualquer outro tipo de atendimento oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, mesmo havendo um Núcleo de Apoio Integrado ao Atendimento Educacional Especializado. Segundo relataram, apesar dos serviços serem oferecidos aos alunos, estes não frequentam, por motivos diversos.

O Núcleo de Apoio possui uma equipe multiprofissional que faz o atendimento aos alunos, bem como orientação e apoio às Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino. Ressalta-se que esse apoio é solicitado, na maioria das vezes, pelos professores das salas diurnas que atendem um número maior de alunos com deficiência, não sendo procurado pelos professores das salas noturnas participantes da pesquisa, o que poderia ser feito com maior frequência, solicitando à equipe multiprofissional a possibilidade de serem atendidos em horário diferenciado, já que atuam no período noturno.

De maneira geral, os professores participantes da presente pesquisa fazem uso dos recursos didáticos de forma diferente uns dos outros, realizam adequações e adaptações dos materiais sempre que necessário, quando identificam dificuldade com algum aluno utilizam de forma individual e em determinadas situações trabalham com os alunos em duplas ou grupos.

Ferreira (2009) aponta a necessidade de um modelo educacional que contemple as necessidades e particularidades de todos em prol de um processo de ensino e a aprendizagem efetivo.

3) Preparação para o Mercado de Trabalho

Os subtemas a seguir foram encontrados no terceiro tema: percepção do professor sobre a possibilidade dos alunos ingressarem no mercado de trabalho, encaminhamentos da escola para que o aluno ingresse no mercado de trabalho, parcerias da escola para encaminhamento do aluno para inserção no trabalho e abordagem de temas relacionados ao mercado de trabalho durante as aulas, conforme descrito a seguir:

Percepção do professor sobre a possibilidade de ingresso dos alunos no mercado de trabalho

Nesse subtema, os participantes afirmaram que acreditam que seus alunos têm condições de ingressar no mercado de trabalho. P1 afirmou que a escola pode ajudar ensinando-os a respeitar as regras, cumprir horários e na organização da rotina.

Uma sala de aula tem que ter regras. Porque no serviço tem regras, ele vai ter horário pra isso, horário pra aquilo. [...] ele é capaz de qualquer coisa. Só que ele tem que ter as regras. Então eu acho assim, a escola ensina uma parte, que é a regra. Ele vai ter horário pra entrar, pra café da tarde, pra saída, ele vai ter que respeitar o superior dele (Participante 1).

P2 afirmou que o aluno com deficiência precisa ser bem direcionado para que ocorra sucesso em seu ingresso no mercado de trabalho, necessitando que haja cumplicidade entre família, escola e o projeto de inserção no mercado de trabalho.

P3 declarou que um de seus alunos com deficiência já está inserido no mercado de trabalho e o outro também tem condições de ingressar, mas identificou falta incentivo da família. P4 também afirmou que uma de suas alunas com deficiência trabalha atualmente e um aluno já trabalhou anteriormente, mas está desempregado nesse momento, declarando sobre ambos:

[...] ela melhorou muito depois que conseguiu ingressar no mercado de trabalho. Questão de estima, ela conseguiu arrumar os dentes, que ela tinha um problema muito sério com isso, ela não sorria, hoje ela já se comunica de uma forma mais tranquila com todos da turma. [...] Ela frequenta, se sente bem, se sente feliz, se sente acolhida, e ela está no mercado de trabalho.

Ele pediu pra que a mãe dele o tirasse, porque ele enjoou do trabalho, ele disse que o trabalho era muito repetitivo. Ele fazia todos os dias as mesmas coisas e que ele tinha condições de fazer outra coisa (Participante 4).

Os depoimentos do Participante P4 indicam que a inclusão é um processo complexo, para além da escola e da escolarização, envolvendo aspectos familiares e sociais. Muitas vagas de trabalho oferecidas às pessoas com deficiência são em atividades consideradas simples, de baixo conteúdo, repetitivas e com baixa remuneração, tornando-se desinteressantes com o tempo. Tal conduta da sociedade, em particular das empresas reforçam uma imagem negativa das pessoas com deficiência e de seu potencial para trabalhar.

Encaminhamentos da escola para que o aluno ingresse no mercado de trabalho

Quanto a esse subtema, apesar de ser uma preocupação da equipe e um desejo da maioria dos alunos, os professores relataram dificuldades para a realização de encaminhamentos. Nota-se a falta de comunicação entre as diversas áreas do setor público, havendo necessidade de estabelecimento de um serviço colaborativo e integrado entre Educação, Assistência Social e empresas para criação e ampliação de oportunidades a esses alunos.

Parcerias da escola para encaminhamento do aluno ao mercado de trabalho

Apesar de relatarem dificuldades nos encaminhamentos dos alunos para o trabalho os professores mencionaram serviços e parcerias existentes. P1 e P3 afirmaram que a escola tem parceria e encaminha os alunos para a Oficina de Trabalho Experimental existente em um hospital psiquiátrico da cidade, em parceria com uma grande empresa. P2 afirmou que, além de frequentar a referida oficina, um de seus alunos foi encaminhado para o Curso de Entalhe

em Madeira oferecido pela unidade do SENAI da cidade. P4 afirmou que existem as parcerias, mas não informou se algum aluno com deficiência de sua turma foi encaminhado para participar de tais projetos.

Um aspecto importante a destacar é que alguns alunos não têm interesse no encaminhamento para participar dos cursos e parcerias que objetivam sua colocação no trabalho em função de receberem auxílio do governo, o Benefício de Prestação Continuada – BPC. O BPC é concedido a pessoas com deficiência e idosos com idade mínima de 65 anos e comprovada ausência de condição financeira para manutenção (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993).

Segundo Pereira e Passerino (2012), o Benefício Previdenciário é um fator contributivo na decisão das pessoas com deficiência sobre o ingresso no mercado de trabalho, sobretudo diante daqueles com menor qualificação, mas trata-se de um processo complexo, com múltiplos fatores envolvidos.

Abordagem de temas relacionados ao mercado de trabalho durante as aulas

Nesse subtema, P1 afirmou que procura abordar assuntos relacionados ao trabalho em suas aulas, principalmente questões relativas à rotina, regras e na aula de artes por meio de atividades de artesanato, cujos trabalhos confeccionados pelos alunos são expostos e vendidos em evento realizado ao final de todo ano na escola.

P2 afirmou como P1 que aborda temas relacionados ao mercado de trabalho e enfatiza a confecção de artesanatos para serem expostos e vendidos durante um evento festivo.

No evento, agora a gente tem trabalhado artesanato e teve uma possibilidade, o F. se entusiasmou em dizer assim ‘Ah, professora, esse trabalho dá pra fazer. Dá pra eu fazer e vender’. E o M. também. Até existiu uma conversa entre os alunos do tipo ‘Ah, a gente poderia se reunir, à tarde, ou uma vez por semana e fazer um tipo de artesanato, para venda, que é um trabalho’; eles iriam ganhar um dinheiro (Participante 2).

P3 afirmou que utiliza o tema Trabalho e Emprego como Tema Gerador de algumas aulas. P4 declarou que trabalha com temas relacionados ao mercado de trabalho durante todo

o ano, abordando questões variadas sobre o assunto, como preconceito, autoestima, vestimentas, como falar com as pessoas, ética e moral.

Nota-se, a partir dos relatos apresentados, que a EJA vem se preocupando em não apenas alfabetizar e ensinar os conteúdos escolares, mas também, ainda que de forma incipiente, abordar temas e questões relacionadas ao mercado de trabalho, ao ingresso e permanência do aluno no trabalho, mas não de forma sistemática. A educação, de forma geral, deseja atingir seus objetivos, incentivando e buscando a emancipação do jovem e do adulto, conscientização e inserção social, como membro participativo e crítico.

Na sociedade capitalista, o trabalho representa produção, aceitação, garantia de liberdade, independência e poder de compra. Para Meletti (2001), o trabalho pode ser considerado uma forma de integração e inserção na sociedade, como atividade que possibilita ações em diferentes esferas da vida.

Sabendo do desejo desses alunos de conquistar sua própria renda salarial, de sentirem-se membros atuantes e produtivos, nota-se um esforço dos professores em buscar, de alguma forma, relacionar os conteúdos escolares ao mundo do trabalho e emprego, realizando um trabalho que visa atingir aos objetivos gerais da educação, ou seja, seu desenvolvimento, busca da cidadania e condições de preparação para o ingresso no trabalho.

Considerações Finais

Os resultados encontrados apresentam elementos importantes para a reflexão acerca da realidade frente ao desafio da inclusão de pessoas com deficiências na EJA. De maneira geral, observou-se na presente pesquisa que a busca pela Educação de Jovens e Adultos é crescente, sendo predominante entre as mulheres e pessoas idosas. Em relação às pessoas com deficiência na EJA, no município estudado, observou-se que ocorre o oposto havendo o predomínio de matrículas de pessoas do gênero masculino e jovens.

Tais jovens encontravam-se à margem na sociedade, muitos institucionalizados ou até chegando a frequentar a escola básica, mas sem aprender e apreender os conteúdos acadêmicos na idade adequada, revelando o fracasso do sistema escolar de ensino cujas fragilidades se mostram também pela adoção do regime de progressão continuada, no qual até pouco tempo atrás não existia retenção, com promoção automática e conseqüentemente gerando um número expressivo de analfabetos funcionais.

O preconceito e a falta de informação ainda existem, inclusive entre os professores, apesar de ser possível identificar que as mudanças vêm acontecendo de forma gradual e as

atitudes resistentes estão diminuindo. Os professores da EJA estão buscando uma formação continuada capaz de suprir e ou complementar o que faltou na formação inicial, na tentativa de enfrentar os desafios e necessidades específicas dessa modalidade de ensino, acrescidas das particularidades de se lidar com jovens e adultos com deficiência. Observa-se um aumento crescente na procura de pessoas com deficiências pela EJA, muitas vezes vista como alternativa para sua escolarização e concretização de outros projetos em âmbito pessoal e profissional.

Há necessidade de reorganizar a EJA, considerando mudanças que abordem os objetivos, os conteúdos, formas de avaliação, referenciais metodológicos, especificidades e demandas dos alunos. Os profissionais que atuam na EJA precisam organizar sua prática pedagógica de modo a atender tal diversidade, atingindo os objetivos propostos a este público, os interesses do grupo de alunos e suas necessidades.

Segundo Giroto (2010), o investimento na EJA é uma ação positiva para superação das desigualdades e respeito aos direitos de todos à educação. Entretanto, o professor sozinho não mudará tal realidade, sendo necessário que o poder público proponha ações a esses profissionais, oferecendo suporte pedagógico por meio de formação continuada voltada para uma EJA inclusiva, com disponibilidade de materiais pedagógicos e organização de redes de apoio entre os profissionais e gestores.

O acesso às escolas é um grande passo para o aluno com deficiência, mas não garante seu aprendizado, havendo necessidade de uma escola voltada para a diversidade, com ações pedagógicas condizentes com as demandas do aluno e que o auxilie a atingir os objetivos que lhes são propostos, considerando educação de qualidade para todos. Tais ações não devem se restringir ao âmbito educacional, podendo abrigar os aparelhos sociais e da comunidade, com uma formação dirigida para a vida cidadã com autonomia e qualidade.

A escola também tem um importante papel na profissionalização do jovem e do adulto com deficiência e seu preparo para o ingresso no mercado de trabalho e, nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos possui um papel fundamental de orientação e de formação para a vida laboral. Reconhecer no aluno com deficiência a capacidade e a possibilidade de exercício de uma atividade profissional é um primeiro passo. Sentir-se parte desse processo e buscar proporcionar a esse aluno aprendizagens relacionadas ao mundo do trabalho é outro passo de igual importância.

Quanto aos resultados encontrados, por se tratar de uma amostra pequena de participantes, não é possível saber se tais dados podem ser generalizados, portanto, outras pesquisas com maior número de sujeitos e de municípios são necessárias. Contudo, os

resultados encontrados apresentam um conjunto de informações significativas para compreender o perfil da população de pessoas com deficiência na EJA, as práticas pedagógicas dos professores, bem como conteúdos abordados. Outra limitação deste estudo é não ter abordado a questão da avaliação do desempenho dos alunos, questão complexa que pode ensejar novas pesquisas.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009. 281p.

BASTOS, Vivian de Cássia de Camargo. *A Educação Especial no Contexto da Educação de Jovens e Adultos: Processo Duplamente Inclusivo*, pp.1-34, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1110-4.pdf>> Acesso em: dez. 2015.

BRASIL. Lei n. 8.742 de 07 de dezembro de 1993. *Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS*.

BRASIL. Lei nº 9394/96 – *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

CONTINI, Roseli Maria de Fátima. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na educação de jovens e adultos (EJA). Secretaria de Educação do Estado do Paraná. *Unidade Didática – produção didático-pedagógica*. Londrina, 2008, pp.1-26. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1861-6.pdf>> Acesso em: dez. 2015.

FERREIRA, Windyz. B. EJA & Deficiência: estudo da oferta da modalidade EJA para estudantes com deficiência. In: SETTE, Sônia Schechtman; ANGEIRAS, Maria de Fátima D. *Educação de Jovens e Adultos – o que dizem as pesquisas*. Coordenação de Educação a Distância/Universidade Federal de Pernambuco CECAD/ANPED, 2009, pp.75-128. Disponível em: <https://www.ufpe.br/cead/eja/textos/dizem_as_pesquisas_1.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *A educação escolar de jovens e adultos com deficiência: do direito conquistado à luta por sua efetivação*. 2010. 201f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. In: BAPTISTA, Cláudio. Roberto; CAIADO, Kátia Regina Morelino; JESUS, Denise Meyrelles. M. (Orgs.) *Educação Especial: diálogo e pluralidade*. 1 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008, v.1, pp.11-23.

GIROTTI, Cyntia Graziella Guizelim Simões. Educação de Jovens e Adultos: Letramento, Currículo e Práticas Pedagógicas. In: CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins;

FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima Rotta (Orgs.). *Educação de Pessoas Jovens e Adultas: múltiplas faces de um projeto educacional: aportes teóricos, práticas de formação, contextos produzidos*. São Paulo: Ed. UNESP: PROEX, Pró-Reitoria de Extensão Universitária, 2010.

GONÇALVES, Taisa Grasiela Gomes Liduenha. *Escolarização de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros*. 2012. 75f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina: 2012.

HADDAD, Sergio. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFITEA VI. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, v. 14, n. 41, pp.355-397, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010 – Resultados Preliminares da Amostra. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: dez. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da educação básica: 2012 – Resumo Técnico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

MELETTI, Silvia Marcia F. O significado do processo de profissionalização para o indivíduo com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.7, n.1, pp.77-90, 2001.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; OLIVEIRA, Flávia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa. Políticas Públicas e a realidade docente: a Educação de Jovens e Adultos em Ponta Grossa – PR. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.5, n.2, pp.195-203, jul./dez. 2010.

PEREIRA, Ana Cristina Cypriano; PASSERINO, Liliana. Um estudo sobre o perfil dos empregados com deficiência em uma organização. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.18, n.2, pp.245-264, 2012.

RIBEIRO, Vera Maria Massagão. (Coord.). *Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

SANTOS, Claudia Regina Alves. *Educação de Jovens e Adultos no contexto de formação do SESC – Londrina (2004-2007): projetos de vida e percursos de alunos egressos*. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

UNESCO. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam*. Pesquisa nacional. São Paulo: Unesco Brasil, Moderna, Instituto Paulo Montenegro, INEP/MEC, 2004.

NILSON ROGÉRIO DA SILVA

Professor Assistente Doutor – Universidade Estadual Paulista – Unesp Campus de Marília, Docente junto ao Curso de Terapia Ocupacional. Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Unesp Campus de Marília. Participa do Grupo de estudos e Pesquisas em Inclusão Social – CNPq. Contato: nilson@marilia.unesp.br Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 737 – CEP 17525-000 Marília – SP

FABIANA DE OLIVEIRA LIMA

Pedagoga, Supervisora de Ensino da Prefeitura Municipal de Lins, Especialização em Educação Infantil e em Psicopedagogia e Mestre em Educação pela UNESP de Marília/SP. Participa do Grupo de estudos e Pesquisas em Inclusão Social – CNPq. Contato: lima_fab@hotmail.com